

Auxílio sim, calote não! PEC dos Precatórios atinge servidores

A Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (09/11), a PEC dos Precatórios, conhecida como a 'PEC do Calote'. O projeto, que precisava de 308 votos para ser aprovado, passou em segundo turno com 323 votos favoráveis contra 172 contrários. Assim como a PEC-32, a PEC-23 também atinge os servidores públicos federais. Caso ela seja aprovada no Senado, o governo Bolsonaro conseguirá parcelar o pagamento dos precatórios, as dívidas do governo. A maioria dessas dívidas está relacionada a ações de revisão de salários de servidores públicos e aposentadorias, que demoraram décadas para serem julgadas.

Com a aprovação do calote, Bolsonaro conseguirá desviar R\$ 91,6 bilhões, em 2022, para outros fins. Um deles o programa Auxílio-Brasil que irá acabar com o Bolsa Família, um dos maiores e melhores programas de distribuição de renda do mundo. E o Auxílio-Brasil será pago apenas até o fim de 2022. Isso porque o governo não criou nenhuma nova fonte de recursos — seja na diminuição de despesas ou no estabelecimento de um novo tributo.

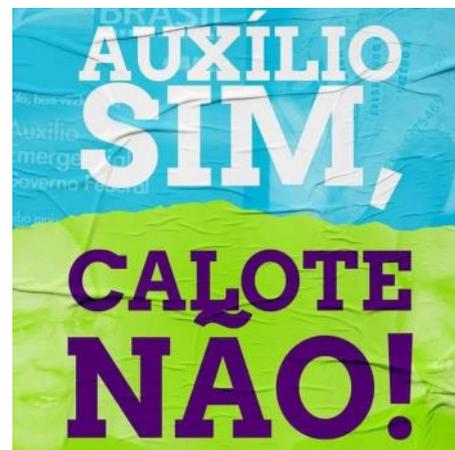
“É uma proposta que afeta os trabalhadores que aguardam há muito tempo para receber o que têm direito e agora terão que esperar ainda mais. Para além disso, o pagamento de precatórios é uma decisão judicial. Ou seja, este governo está arrumando uma forma de burlar mais uma decisão da Justiça. Por último, Bolsonaro está usurpando o dinheiro de trabalhadores e aposentados para fazer proselitismo eleitoral. O pior é que, depois de passadas as eleições, não haverá mais programa social e poderemos ter um segundo governo Bolsonaro por mais quatro anos, para terminar de destruir todas as

conquistas dos trabalhadores”, comentou o coordenador-geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

A PEC 23 foi aprovada graças ao balcão de negócios que o governo Bolsonaro vem promovendo junto ao Congresso. Por meio do chamado Orçamento Secreto, o governo tem liberado milhões de reais em emendas parlamentares para os deputados e senadores. Estima-se que as verbas anuais do Orçamento Secreto giram em torno de R\$ 11 bilhões para deputados e quase R\$ 6 bilhões para os senadores. A execução deste Orçamento é definida pelo relator das propostas em conjunto com os presidentes da Câmara e Senado. Não é à toa que Arthur Lira, presidente da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, estão promovendo diversas articulações no Congresso e no STF para impedir a suspensão das chamadas emendas de relator. As emendas foram suspensas pelo STF justamente depois das negociações para aprovar a PEC-23.

Pressão

Os servidores ainda podem barrar a PEC 23. Isso porque ela ainda passará por duas votações no plenário do Senado. Apesar do governo já estar negociando com os senadores, a pressão é fundamental. Mesmo com o Orçamento Secreto, houve dificuldades para aprovar a PEC na Câmara. Ou seja, uma mobilização grande dos servidores pode fazer a diferença. Para pressionar os senadores a votarem contra a PEC-23, os trabalhadores podem ingressar no site Na Pressão (napressao.org.br/campanha) e enviar uma mensagem aos parlamentares: quem votar contra o povo, não voltará a ser eleito.



PEC 32

Caso consiga aprovar a PEC dos Precatórios, o governo Bolsonaro irá voltar toda a sua força para aprovar a Reforma Administrativa (PEC-32). A aprovação da Reforma será ainda mais complicada, porque ela irá promover o desmonte dos serviços públicos e atingir toda a população que utiliza esses serviços. No entanto, além de recursos para garantir o Auxílio Brasil por um ano, com a aprovação da PEC dos Precatórios, o governo irá dispor de R\$ 41,6 bilhões para negociar com os parlamentares, além do Orçamento Secreto. Isso porque dos R\$ 91,6 bilhões desviados do pagamento dos precatórios, apenas R\$ 50 bilhões serão usados para o pagamento do Auxílio.

Por isso a necessidade de mobilização dos servidores é ainda maior. Servidores federais, estaduais e municipais de todo o Brasil estão na 9ª semana de vigília em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e de atos nos principais aeroportos do Brasil para pressionar os deputados a dizerem Não à PEC-32. Os servidores também podem utilizar o site Na Pressão contra a PEC 32. A mensagem é a mesma contra a PEC 23: quem votar contra os servidores, não voltará a ser eleito.

Fonte: Condesf

Governo federal desvia verbas e pode acabar com combate ao trabalho escravo

Uma decisão do Ministério do Trabalho e Previdência, comandado por Onyx Lorenzoni, pode acabar com a fiscalização e o combate ao trabalho escravo.

O ministério decidiu que os bens patrimoniais e recursos financeiros decorrentes de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) negociados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) serão transferidos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD).

Atualmente, tanto os bens patrimoniais apreendidos em fiscalizações, como caminhões e equipamentos, por exemplo, quanto o dinheiro arrecadado pelos TACs e aplicação de multas, após acordos com empresas ou pessoas físicas que burlaram a lei, são utilizados pelo MPT para dar melhores condições aos auditores-fiscais do trabalho.

Sem os equipamentos e sem verbas, a dificuldade em combater essas irregularidades será maior, pois os fiscais do trabalho podem não ter, sequer, dinheiro para a gasolina e reparos de veículos. A sociedade sai ainda mais prejudicada pelo não cumprimento do pagamento das multas, muitas, por danos morais coletivos, além de deixar de ser beneficiada por prestação de serviços e obras com os recursos dos acordos efetuados pelo MPT.

A decisão do governo em desviar as verbas destinadas ao combate de irregularidades trabalhistas é criticada pelo secre-

tário de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento.

Para ele, desde o golpe que tirou Dilma Rousseff (PT), da presidência da República, os sucessivos governos têm investido de todas as formas na retirada de direitos dos trabalhadores e no ataque às suas entidades representativas.

“A decisão do Ministério do Trabalho abre espaço para que empresas inescrupulosas, que atuam no campo e na cidade, continuem atuando com locais de trabalho precarizados, burlando direitos e utilizando até mesmo o inaceitável trabalho escravo”, critica o dirigente.

“Não vamos nos sujeitar a isso, Nossa defesa é pelo trabalho decente e pela vida”, complementa o secretário de Relações do Trabalho da CUT Nacional.

O que diz o MPT

O Ministério Público do Trabalho reconhece que a falta de Auditores-Fiscais do Trabalho e de recursos, veículos e equipamentos necessários à sua atuação pode gerar efeitos negativos ao combate ao trabalho escravo e demais crimes e ilícitos trabalhistas no país.

O MPT esclarece ainda que as destinações de-



correntes de TACs e ações judiciais não têm por objetivo a remuneração de servidores, mas sim a aquisição de bens e equipamentos que possam viabilizar e fortalecer as ações de defesa da legislação e de promoção dos direitos trabalhistas.

Segundo o órgão, a medida que muda o destino das verbas e equipamentos adquiridos nos acordos dos Termos de Ajustamento de Conduta, só poderá ser revogada pelo próprio Ministério do Trabalho de acordo com a sua conveniência.

Fonte: CUT

novembro AZUL

Neste mês a **LUTA** também é contra **NOSSO** próprio **PRECONCEITO.**

Campanha de conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata.